



Brasil pode adotar sistema de defesa contra risco nuclear

Estrutura vai planejar e executar ações para proteger pessoas e ambiente

A criação de um sistema nacional de proteção à população, aos trabalhadores das usinas e ao meio ambiente deverá ser votada pelo Senado, para que o país esteja mais bem preparado para enfrentar um eventual acidente em uma de suas usinas nucleares. O tema será discutido amanhã, na CMA, com o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro. **8**

Nathan Andrew Bailey/Creative Commons



Moradores de Fukushima em quarentena por causa da ameaça de radiação: acidente no Japão foi elevado ao grau cinco, em escala que vai até sete

Voto distrital e coligação na pauta das discussões

Comissão de Reforma Política debate amanhã esses temas. Na quinta, é a vez das candidaturas avulsas. **5**



Waldemir Moka (E) e Francisco Dornelles, na comissão: duas reuniões agendadas para esta semana

Gerardo Magela/Senado Federal

Simon confia que STF validará Lei da Ficha Limpa **4**

Proteção a juízes contra o crime organizado **7**

Plenário celebra os 20 anos da criação do Mercosul **6**

Guilherme R. Storck/Creative Commons



MP das franquias dos Correios tranca a pauta

Medida Provisória 509/10 prorroga até 30 de setembro de 2012 contratos de franquias ainda não licitados ou questionados na Justiça. Matéria precisa ser votada até quarta-feira. **3**

Correios começaram a utilizar o sistema de franquias em 1990

Sarney e Bauer sugerem nova tramitação para MPs

Começou a tramitar a PEC 11/11, de José Sarney, que garante tempo hábil na análise de medidas provisórias para o Senado. Mesmo objetivo motivou Paulo Bauer (PEC 8/11). **2**

© Gui R. Storck

Começa a tramitar PEC de Sarney que muda rito de MPs

Proposta do presidente do Senado, José Sarney, foi motivada pelas queixas dos senadores de que a Câmara utilizava a maior parte do prazo para exame das medidas

LIDA EM PLENÁRIO na manhã da última sexta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC) anunciada pelo senador José Sarney (PMDB-AP) para mudar a forma de tramitação das medidas provisórias (MPs) começou a tramitar. Na última sexta-feira, após a leitura da proposta, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), na presidência da sessão, informou o envio da matéria ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sarney apresentou a proposta – PEC 11/11 – motivado pela queixa crescente entre os senadores de que as MPs, depois de votadas pela Câmara, chegam ao Senado com um tempo escasso para serem estudadas e votadas. Inúmeros senadores subscreveram a proposta.

A Constituição hoje fixa o prazo máximo de 120 dias para uma MP ser convertida em lei, mas Sarney afirma que, muitas vezes, a Câmara consome 119 dias para deliberar sobre elas, restando ao Senado apenas 24 horas para fazer seu exame.

A proposta de Sarney altera o artigo 62 da Constituição para determinar que as MPs terão sua votação iniciada na Câmara, que



José Sarney propõe tempo igual de análise para deputados e senadores

terá 55 dias para concluir sua deliberação. Encerrado esse prazo, a MP será remetida, no estado em que se encontra, ao Senado, que também terá 55 dias para votá-la. Havendo emendas no Senado, a MP retornará à Câmara. Se a Câmara não tiver se pronunciado nos 55 dias que lhe cabiam, deverá se manifestar logo após a votação do Senado, sempre observando o prazo de

vigência da MP. Se Câmara e Senado, cada qual sucessivamente, após 45 dias não avaliarem a medida, ela entrará em regime de urgência, impedindo todas as demais votações.

A proposta também acaba com as comissões mistas hoje instaladas para examinar as MPs, destinando seu exame a comissões formadas em cada Casa.

Proposta de Bauer altera os prazos de tramitação

A chegada de MPs ao Senado com prazo de tramitação praticamente esgotado, inviabilizando a possibilidade de aperfeiçoamento do texto e até de discussão, tem gerado insatisfação de diversos senadores. A mais recente expressão desse fato foi de Paulo Bauer (PSDB-SC), que apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/11, que também altera o rito de tramitação das matérias.

A proposta do senador catarinense passa para 90 dias o prazo de tramitação das MPs na Câmara dos Deputados e 60 dias para que ela seja apreciada pelo Senado. Caso uma medida provisória sofra emendas pelos senadores, a Câmara terá mais 15 dias para exame do texto

modificado. Outra novidade sugerida pela PEC de Paulo Bauer é a suspensão desses prazos durante os períodos de recesso do Congresso.

Exclusões

Bauer também amplia a lista de atos vedados à aplicação das MPs. Ele incluiu a criação ou o aumento de tributos; criação ou transformação de cargos, empregos ou funções públicas; criação, transformação ou extinção de ministérios e órgãos e entidades públicas e definição de suas competências; e a fixação ou alteração da remuneração de servidores públicos e militares.

– Não é possível que o Poder Executivo continue com plenos poderes para editar normas com



Bauer: não é mais possível que Executivo use MPs para quase tudo

forças de lei sobre praticamente todos os temas e que isso mantenha o Legislativo incapaz de se dirigir a outros assuntos e definir sua agenda – argumenta Bauer.

Solicitada auditoria do TCU sobre radares

O Plenário deve apreciar amanhã requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria nos contratos firmados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no âmbito do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV), para a instalação de lombadas eletrônicas, radares e pardais. O pedido foi motivado por reportagem veiculada no programa *Fantástico*, da TV Globo, que

denunciou fraudes envolvendo várias empresas e prefeituras do país, muitas delas no Rio Grande do Sul.

Segundo Ana Amélia, o PNCV, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), tem gastos previstos de R\$ 773,3 milhões com a instalação de 2.696 controladores de velocidade em 5.396 faixas. Dos 12 contratos assinados, disse a senadora, 11 foram fechados com empresas denunciadas pela reportagem.

Segundo Ana Amélia, a reportagem revela que as fraudes acontecem em diversas etapas: estudos técnicos, licitações, pagamento de propina a autoridades e retirada de multas do sistema.

Na sexta-feira, a Agência Senado publicou errata para corrigir o texto “Ana Amélia pede providências contra fraudes na aquisição de equipamentos de controle de velocidade”, segundo o qual a senadora havia solicitado auditoria do Dnit nos contratos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem à Ordem DeMolay

11h Sessão homenageia os 30 anos de atuação da Ordem DeMolay no país. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

Presidência Comenda para educadoras

11h O presidente do Senado, José Sarney, participa de cerimônia de outorga da Ordem Nacional do Mérito a educadoras brasileiras, que acontecerá no Palácio do Planalto.

Seminário Sindicato discute reforma política

8h30 O Sindilegis promove o seminário *Desafios do Poder Legislativo*. Serão discutidos sistema eleitoral e partidário e representação política, carreira parlamentar, entre outros assuntos. O evento será no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Terça-feira

CDH Ações de combate à fome em debate

9h Para debater as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria, a Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública. Foram convidados a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; o coordenador-geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Itamaraty, Milton Rondó Filho; e a diretora da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, Laís Wendel Abramo.

CAE Alexandre Tombini faz balanço da economia

10h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, vai falar sobre política monetária, creditícia e cambial em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos.

Seminário Direito na área de saúde

8h30 Com o objetivo de ampliar o debate sobre a produção de normas de saúde, será realizado o seminário *Direito Sanitário: o direito à saúde na produção legislativa*, no Auditório Antonio Carlos Magalhães.

CE Ensino profissionalizante

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte vota, entre outros, requerimento para realização de audiência pública sobre a situação da qualidade do ensino técnico profissionalizante.

Reforma Voto majoritário e proporcional

14h O debate sobre sistemas eleitorais e coligações na eleição proporcional está na pauta da Comissão de Reforma Política.

Quarta-feira

CMA/CI/CCT Segurança do programa nuclear

9h As comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realizam audiência para discutir a segurança do programa nuclear brasileiro com o diretor-presidente da Eletrobras Termonuclear (Eletronuclear), Othon Luiz Pinheiro da Silva.

CE Prioridades do Ministério do Esporte

10h O ministro do Esporte, Orlando Silva, vai apresentar as diretrizes e os programas da pasta em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CCJ Julgamento de homicídios contra jornalistas

10h Entre outros itens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota projeto que garante prioridade no julgamento de crimes de homicídio praticados contra jornalistas em razão de sua profissão.

CDR Infraestrutura e redução das desigualdades

14h A pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo inclui debate sobre a melhoria da infraestrutura portuária para reduzir desigualdades regionais e aumentar o turismo, com a participação representantes da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, do Departamento de Revitalização e Modernização Portuária e da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos.

Quinta-feira

Reforma Audiência pública sobre o PNDH-3

14h Reunião da Comissão de Reforma Política sobre financiamento eleitoral e partidário, cláusula de desempenho e candidatura avulsa.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Prefeitos recorrem contra cortes no Orçamento

A senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou na sexta-feira que representantes municipais estão alarmados com os cortes no Orçamento da União. Ela disse que ouviu semana passada relatos preocupantes sobre o impacto dos cortes nas administrações. Observou que até obras em andamento devem ser atingidas e alguns prefeitos já recorrem à Justiça para que a Caixa Econômica libere as verbas.

– Para evitar o pior, alguns desses prefeitos do Rio Grande do Sul estão indo à Justiça. Imagino que esteja acontecendo em municípios de outros estados – afirmou a senadora.

De acordo com Ana Amélia, dos R\$ 50,2 bilhões que o governo cortou no Orçamento, R\$ 15 bilhões foram retirados de investimentos, sobretudo de emendas parlamentares destinadas a estados e municípios. Além disso, ela observou que os municípios também serão prejudicados com a revisão para baixo das receitas líquidas projetadas no Orçamento.

A previsão é de que os repasses para o Fundo de Participação



Ana Amélia diz que situação preocupa municípios do Rio Grande do Sul

dos Municípios (FPM) caíam pelo menos R\$ 1,3 bilhão, segundo dados atribuídos à Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Os municípios também estão preocupados com os limites anunciados para o pagamento dos restos a pagar (RP), despesas de orçamentos anteriores que deveriam ser executadas este ano.

Haveria R\$ 128 bilhões pendentes, dos quais R\$ 28 bilhões destinados aos municípios, entre restos a pagar processados e não processados, os primeiros referentes a obras em andamento.

– Isso causa uma grande preocupação aos gestores municipais, pois eles assumiram um compromisso com os seus fornecedores e com as suas comunidades – disse a senadora.

Raupp pede volta à normalidade na obra de Jirau

Um apelo à volta da normalidade no canteiro de obras da usina de Jirau, que está sendo construída em Rondônia pelo governo federal e pela iniciativa privada, foi feito na sexta-feira pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Ele lembrou que a revolta de trabalhadores provocou a destruição de alojamentos e ônibus. Em razão disso, a empresa Camargo Corrêa, líder do consórcio construtor, suspendeu as obras até que a situação se normalize.

Para garantir a segurança das pessoas que trabalham no local, o governo estadual enviou policiais e o governo federal acionou a Força Nacional. Parte dos 22 mil trabalhadores da obra foi transferida para Porto Velho, o que fez o senador temer o aumento da violência na cidade.

Raupp pediu ao estado e ao governo federal que apurem o episódio, diante das evidências da "ação premeditada de vândalos".

– A usina não pode e nem deve ter o seu cronograma de construção prejudicado por um ato isolado, ou seja, uma briga entre funcionários – afirmou.



Para Raupp, usina não pode ter cronograma da obra prejudicado

Validade dos contratos de franquias não licitados ou que sofrem questionamento judicial foi estendida até 30 de setembro de 2012. Prazo final para votar é quarta-feira

MP que prorroga franquias dos Correios tranca a pauta

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP 509/10) que prorrogou até 30 de setembro de 2012 os contratos de franquias de serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que ainda não foram licitados ou são questionados na Justiça precisa ser votada até quarta-feira. O prazo havia vencido em novembro de 2010. Incluída na pauta de votações de amanhã, a medida tranca as demais deliberações.

Calcula-se que existem cerca de 1.400 empresas de pequeno e médio porte franqueadas pelos Correios nessa situação. As agências franqueadas terão prazo de 12 meses para fazer as adequações e padronizações definidas pelas normas técnicas da ECT.

Uma das mudanças feitas pelo relator na Câmara, deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), foi a ampliação do prazo de 11 de junho de 2011 – proposto pelo Executivo – para 30 de setembro de 2012. Berzoini também acatou emenda que concede prazo de um ano para as novas agências franqueadas dos Correios se adequarem às padronizações da ECT. Com as mudanças, a MP foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV 5/11).

A obrigatoriedade de realizar licitações para as franquias foi instituída pela MP 403/07, transformada na Lei 11.668/08. Por essa lei, todos os contratos vigentes até 27 de novembro de 2007 teriam sua eficácia estendida por dois anos, contados da

regulamentação, que ocorreu em novembro de 2008. Por esse motivo, o prazo final vigente era novembro de 2010.

Franquias

Segundo Berzoini, o sistema de franquias começou a ser utilizado pela ECT em setembro de 1990, mas a empresa adotou essa medida sem respeitar procedimentos de licitação constantes na legislação de compras e contratos governamentais.

Em novembro de 2010, foram contabilizados 1.424 pontos de franquias postais, dos quais 227 tiveram o processo de licitação concluído, com contratos assinados e vigentes. Outros 504 estavam com as licitações em andamento.



Os Correios contavam, na data da edição da MP 509/10, com 1.424 pontos de franquias postais, apenas 227 deles licitados

Eunício elogia banda larga e anuncia inauguração no Ceará

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) elogiou as metas do governo para o setor de comunicações, anunciadas pelo ministro da pasta, Paulo Bernardo, durante audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na semana passada.

Para o senador, a implantação do Plano Nacional de Banda Larga é um dos principais desafios do Brasil para os próximos anos. Ao citar outros programas do setor, como o Giga (para interligar as universidades por fibra

ótica), o Gesac (inclusão digital) e o Ginga (modelo de televisão digital que permite desenvolver tecnologia e não apenas comprar tecnologia), desenvolvidos pelo governo Lula, Eunício Oliveira lembrou que participou do início do processo quando era ministro das Comunicações.

– Criamos projetos para inclusão social e digital. Fizemos a ampliação da internet dos pontos mais distantes do território brasileiro – recordou.

O senador informou que o governo do Ceará vai inaugurar, no



Cinturão no Ceará levará banda larga a 80% do estado, disse Eunício

próximo mês, o "maior cinturão digital" do país: 3.020 quilômetros de fibra ótica, beneficiando mais de 80% da população cearense.

Luiz Henrique defende atuação da Embrapa

A ameaça de fechamento da unidade da Embrapa em Campinas (SP), dedicada à gestão territorial estratégica baseada em informações de satélites, foi criticada na sexta-feira pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que citou notícias publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ele também aproveitou para elogiar a reação imediata do ministro da Agricultura e Pecuária, Wagner Rossi, no sentido



de determinar a manutenção da unidade. Segundo Luiz Henrique, essa equipe da Embrapa desenvolveu, entre outros, sistemas inéditos de monitoramento

Luiz Henrique elogia decisão do ministro de manter unidade funcionando

de queimadas e desmatamento na Amazônia, controle da febre aftosa na faixa de fronteira e mapeamento da irrigação no Nordeste.

O parlamentar ressaltou ainda que a estruturação desse serviço começou com a assinatura de um convênio de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia entre o Brasil e a China durante o governo José Sarney, quando Luiz Henrique era ministro da Ciência e Tecnologia.



Medidas podem comprometer demais o crescimento, adverte a senadora

Para Vanessa, ajuste fiscal está "rígido demais"

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou na sexta-feira as medidas do governo federal que vêm sendo adotadas para garantir o ajuste fiscal e a meta inflacionária. Ela reconheceu o esforço da presidente Dilma Rousseff para garantir o crescimento econômico do país, mas afirmou que as medidas são extremamente rígidas.

– As medidas fiscais que vêm sendo adotadas talvez sejam rígidas demais, podendo vir a comprometer a continuidade, o ciclo de crescimento, o ciclo virtuoso que nós temos conquistado no Brasil – alertou.

Ela defendeu a revisão dessas metas para garantir que o país possa continuar crescendo e avançando cada vez mais. A senadora garantiu, no entanto, que não está defendendo o fim dos cortes no Orçamento da União, pois acha "necessário um certo equilíbrio", mas assinalou que "está muito exagerado".

Vanessa Grazziotin observou que, no seu entendimento, não houve um corte de R\$ 50 bilhões, mas sim um contingenciamento, que pode ser encerrado a qualquer momento, "se não em todo, pelo menos em parte".

Senador afirma que, depois de "carradas de erros da classe política, a opinião pública vive momento de expectativa de que começou a mudança"

Simon espera que STF confirme validade da Lei da Ficha Limpa

PEDRO SIMON (PMDB-RS) manifestou em Plenário, na sexta-feira, a esperança de que o Supremo Tribunal Federal (STF) confirme em definitivo a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de outubro passado.

Em sessão realizada em 27 de outubro, um empate por 5 votos manteve a lei em vigor. Caberá agora ao novo ministro Luiz Fux, que ingressou recentemente em posto vago à época, proferir o voto que definirá o resultado. A sessão está prevista para a próxima quarta-feira.

– Ministro não vota com a opinião pública ou com a imprensa, mas com sua consciência, é evidente que sim. Mas a opinião pública, com justificada razão, depois de 'carradas' de erros e equívocos da classe política, vive momento muito importante de expectativa de que começou a mudança – disse.

Afirmando que tem muita confiança no novo ministro do STF, Simon disse ter acompanhado com muita atenção a exposição



Paulo H. Gonçalves/Senado Federal

Simon diz ter muita confiança em Luiz Fux, cujo voto definirá o resultado

feita por Luiz Fux, quando de sua sabatina pela Comissão de Contituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou por unanimidade a sua indicação, depois de submetida ao Plenário.

– Eu tenho muita confiança no

ministro. Claro que a sua autonomia é total. Para alguém que não é um novato, como ele diz, esse é um voto que ele está acostumado a dar há 30 anos como juiz, como desembargador e como ministro de Tribunal Superior. Mas espero com expectativa.

Depois de ressaltar que "o Brasil mudou uma decisão do Supremo sobre a ficha limpa e sobre a ficha suja", Simon afirmou que "esse foi o primeiro passo para mudarmos essa triste realidade que o país vive".

Recursos

Aguardam julgamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal 30 recursos de políticos atingidos pela Lei da Ficha Limpa. Na sessão desta quarta-feira, a corte deve decidir sobre recurso do ex-deputado estadual Leonídio Bouças (PMDB-MG), condenado por improbidade administrativa. Nesses casos, conforme a lei, o político fica inelegível por oito anos.



Nelson Jr./STF

Plenário do Supremo Tribunal Federal deve julgar na quarta-feira novo caso de político afetado pela Lei da Ficha Limpa

Mozarildo: mais rigor com políticos condenados

A reforma política deve prever mais rigor com políticos condenados, disse na sexta-feira o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele afirmou que, se uma denúncia de deslize cometido por um funcionário público é suficiente para afastá-lo do cargo até a apuração final, idêntico procedimento deveria ser adotado em relação aos ocupantes de cargos eletivos.

Mozarildo citou o caso do governador de Roraima, Anchieta Júnior (PSDB), que se mantém no cargo por força de liminar, mesmo depois de cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Mozarildo disse que Anchieta Júnior responde a mais de 30 processos, sabe que perderá o mandato e aproveita a estrutura do estado para "fazer falcaturas em todas as áreas".

Recente operação da Polícia Federal que resultou na prisão de acusados de desviar R\$ 30



José Cruz/Senado Federal

Mozarildo: MP e TSE precisam poupar Roraima dos "desmandos" do governador

milhões da saúde pública de Roraima e recomendação do Ministério Público Federal para que a União suspenda a transferência de terras para o estado foram apontadas por Mozarildo como indícios de desmandos.

O senador fez um apelo ao Ministério Público e à Justiça eleitoral para que deem priori-

dade aos processos contra Anchieta Júnior, a fim de poupar Roraima da situação em que se encontra.

– O governador diz que, mesmo que seja cassado, vai passar dois anos no cargo e até lá estará com a vida feita e terá desfeito a vida dos que ousam se opor a ele – afirmou Mozarildo.

Wellington defende o fim da reeleição e mandato de 5 anos

O senador Wellington Dias (PT-PI) defendeu na sexta-feira a decisão da Comissão de Reforma Política pelo fim da reeleição de prefeitos, governadores e presidente, com ampliação do mandato para cinco anos. O senador sugeriu ainda mandato de mesma duração para todos os cargos eletivos, o que inclui o de senador.

Em sua avaliação, não existe sistema eficiente para fiscalizar a atuação do candidato quando está cumprindo mandato e, ao mesmo tempo, concorrendo ao cargo que detém. Ele disse ter vivenciado tanto o fato de concorrer à reeleição, como o de disputar com adversário nessa condição.

– É impossível, por mais ética, por mais caráter, por mais boa vontade que tenha um governante, separar o governante do candidato. É impossível! Não há lei no mundo que consiga fazer essa separação. Nem o candidato querendo, isso é possível – argumentou.

O senador também elogiou a decisão da comissão de manter a obrigatoriedade do voto. Para Wellington Dias, o ato de votar deve ser tanto um direito quanto uma obrigação. Ele destacou, no entanto, que a obrigatoriedade é de comparecer às urnas, mas não de votar, uma vez que o eleitor pode votar em branco ou anular seu voto.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Wellington defende obrigatoriedade de o cidadão comparecer para votar

– O voto não é obrigatório. Acho que esse é um conceito errado, porque você comparece e não é obrigado a votar em ninguém. Pode ali se expressar. A obrigação é de se expressar – destacou.

Focolares

Wellington Dias, em seu pronunciamento, também homenageou a italiana Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, que morreu em 14 de março de 2008. O movimento, do qual o senador disse ser membro, tem o objetivo de "construir um mundo unido e melhor", explicou. Eventos ecumênicos acontecem em todo o mundo para lembrar os três anos da morte de Chiara.

Gleisi Hoffmann defende limite para reeleição de senador

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou ao Plenário que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) para limitar a reeleição de senadores a dois mandatos. Em sua avaliação, o tema deve ser incluído nos debates que a Comissão da Reforma Política está fazendo em torno da reeleição de governadores e presidente da República.

– Por que nessa discussão que estamos fazendo sobre reeleição de presidente da República, sobre reeleição de governador, também não debatemos a nossa própria reeleição? Acho que é legítimo, é certo e é sério. Por que não discutimos o limite de reeleição para o mandatário do Senado?

A senadora também criticou a decisão da comissão, na quinta-feira, de limitar o mandato de presidente da República a cinco anos e de impedir a reeleição. Gleisi questionou se o país tem maturidade suficiente para analisar o instituto da reeleição presidencial, já que teve apenas dois presidentes reeleitos – Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

– Será que isso já nos dá, como nação, como sistema político, condições de fazer uma avaliação crítica sobre o que significou o instituto da reeleição? O principal argumento aqui é de que o



Waldemar Barreto/Senado Federal

Para Gleisi, Comissão de Reforma Política deve tratar do assunto

instituto da reeleição acaba privilegiando quem está no mandato – disse.

Como o mandato de senador é de oito anos, uma reeleição mantém o parlamentar na Casa por 16 anos. A continuidade da atuação do parlamentar pode ser positiva em razão da sua experiência, mas também favorece a manutenção de vícios e acomodações, observou.

– A noção de república envolve a substituição das pessoas que protagonizam o cenário político. A limitação da reeleição tem entre as suas finalidades a de conter o processo de personalização do poder. Entendemos que tal princípio se aplica também no caso dos senadores – argumentou.

DataSenado ouve opinião pública sobre reforma política

O DataSenado iniciou, na sexta-feira, pesquisa para ouvir a opinião da população sobre os 11 temas discutidos pela Comissão Especial de Reforma Política. A sondagem nacional, por amostra, com critérios estatísticos de representatividade, será realizada por telefone e ouvirá cerca de 900 pessoas maiores de 16 anos em 111 municípios. Os entrevistadores, que trabalharão de 18 a 28 de março, vão

ligar para números de telefonia fixa e farão 25 perguntas sobre os temas objetos de análise pelos senadores na comissão especial, como o financiamento público de campanha ou voto facultativo.

O cidadão também pode enviar suas opiniões à Comissão de Reforma Política pela internet (<http://migre.me/44wgG>) ou pelo Alô Senado (0800-612211).

Reunião da Comissão de Reforma Política traz na pauta um dos mais polêmicos temas. Voto distrital misto, voto proporcional com lista fechada e "distritão" são alternativas



Francisco Dornelles: apoio ao sistema chamado "distritão"



Humberto Costa: preponderância dos partidos ideológicos

Saiba mais sobre os sistemas eleitorais

O foco do debate da Comissão de Reforma Política amanhã está basicamente na opção por um dos dois grandes sistemas eleitorais existentes – o proporcional ou o majoritário, e suas variantes. O sistema proporcional pode prever lista aberta ou lista fechada de candidatos. Já o majoritário pode variar quanto à circunscrição eleitoral – se distrital ou estadual.

% Sistema proporcional

Esse sistema leva em consideração não apenas a votação obtida por um candidato, mas o conjunto dos votos de seu partido. O número de vagas que cada partido conquista numa eleição segue a mesma proporção de votos obtidos pelo partido frente ao total de votos válidos. Por exemplo, o partido A disputa 14 cadeiras numa assembleia legislativa e obteve 150 mil votos de um total de 1 milhão de votos válidos (excluídos brancos e nulos), ou seja, obteve 15% do total. Com essa votação, o partido elegeu 15% das cadeiras, ou seja, 2 parlamentares. É o chamado **quociente partidário**.

Mas existe um número mínimo de votos que os partidos precisam atingir para ter direito a uma vaga. É o chamado **quociente eleitoral**: divisão do número de votos válidos pelo número de cadeiras a que cada estado tem direito na assembleia. No exemplo acima, esse número mínimo seria 71.428,6 (ou seja, 1 milhão de votos válidos divididos por 14 cadeiras).

■ PROPORCIONAL COM LISTA ABERTA

Nessa variante do sistema proporcional, as vagas conquistadas pelo partido são ocupadas por seus candidatos mais votados, até o número de cadeiras destinadas à agremiação. No exemplo acima, as duas vagas obtidas pelo partido A seriam preenchidas pelos dois candidatos mais votados desse partido. Esse tipo de lista é chamado de aberta porque antes da eleição ela não está ordenada. Aqui, quem define a ordem da lista é o eleitor. Ele vota no candidato e, uma vez definido o número de cadeiras do partido, entram aqueles que receberam mais votos dos eleitores. O Brasil segue esse sistema para escolha de vereadores, deputados estaduais, federais e do Distrito Federal.

■ PROPORCIONAL COM LISTA FECHADA

Nessa variante, cada partido apresenta para votação uma lista com os nomes de seus candidatos por ordem de prioridade. Novamente no exemplo do partido A, as duas vagas conquistadas seriam ocupadas pelos dois primeiros candidatos da lista apresentada pelo partido. Essa variante é usada na maior parte dos países que adotam o sistema proporcional.

> Sistema majoritário

Por esse sistema eleitoral, ganha o candidato que obtiver mais votos, independentemente da votação dada ao seu partido. É adotado no Brasil para escolha de senadores, prefeitos, governadores e presidente da República.

■ VOTO DISTRTAL

Sistema no qual o país é dividido em tantos distritos quantas são as vagas a serem preenchidas. Em cada distrito, é eleito apenas um candidato (voto uninominal), ou seja, aquele que recebe o maior número de votos. Ainda por esse sistema, pode ou não haver a realização de segundo turno. Como variação, tem sido proposto no Brasil um modelo denominado "**distritão**", ainda não experimentado em outro país. Nesse modelo, o estado e o Distrito Federal são mantidos como circunscrições eleitorais, ou seja, não são divididos em distritos. As candidaturas são apresentadas por estado e no DF. O eleitor vota em um candidato e são eleitos os mais votados, até o número de cadeiras a que cada estado tem direito na Câmara, independentemente da proporção de votos obtidos pelo partido. Esse sistema consta de proposta de emenda à Constituição (PEC 54/07) do senador Francisco Dornelles (PP/RJ) já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

/ Modelo misto

O modelo chamado genericamente de misto é o sistema utilizado na Alemanha. Nesse modelo, o país é dividido em distritos em número igual à metade do total de cadeiras da Câmara dos Deputados (Bundestag). O eleitor vota duas vezes, uma no partido e outra no candidato de sua preferência em seu distrito. Apurados os votos dados aos partidos, define-se o número de cadeiras conquistadas pelas agremiações, como ocorre no sistema proporcional. Assumem essas cadeiras, em primeiro lugar, os candidatos eleitos em cada distrito. Se o partido ainda tiver direito a mais cadeiras do que aquelas conquistadas nos distritos, entram os candidatos definidos pelo partido numa lista fechada.

Existe também uma **cláusula de barreira**, que obriga os partidos a terem pelo menos 5% dos votos nacionais para poderem concorrer às vagas no parlamento, observado que os candidatos eleitos nos distritos sempre têm direito a uma cadeira no parlamento, independentemente dos votos obtidos pelo seu partido no sistema proporcional.

Senadores discutem amanhã voto proporcional e coligação

A FORMA COMO são eleitos deputados federais, deputados estaduais e distritais e vereadores é um dos temas centrais e mais polêmicos da reforma política e será o primeiro item da pauta de amanhã da comissão especial do Senado que estuda o assunto.

A discussão sobre propostas que alteram o sistema eleitoral é considerada uma das mais importantes da reforma política e será feita em conjunto com o segundo tema do dia: as coligações partidárias.

O sistema proporcional de lista aberta, atualmente utilizado nas eleições para esses cargos, tem recebido inúmeras críticas, mas não há consenso sobre o modelo que poderia substituí-lo. O PSDB defende o voto distrital misto, enquanto o PT apoia o voto proporcional com lista fechada. Já o PMDB e o presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), defendem o chamado "distritão" – voto majoritário para estados e municípios.

Se não chegarem a um entendimento, os senadores poderão decidir no voto qual modelo irão incluir no anteprojeto que será apresentado para votação pelo Plenário.

Uma das críticas ao sistema

atual é que o eleitor, quando vota em um candidato, pode contribuir para eleger outros que pertençam ao mesmo partido (ou coligação). Isso ocorre porque, no sistema proporcional de lista aberta, o voto não é contabilizado apenas para o candidato, mas também para seu partido ou coligação. E é o número total dos votos válidos de cada agremiação que define a quantidade de vagas a que a legenda terá direito.

Por causa dessa lógica, um candidato "puxador de votos" (capaz de conquistar, sozinho, uma grande fatia do eleitorado) ajuda a eleger colegas de partido ou coligação, até quando a votação deles é menor que a de candidatos de outras legendas.

Lista fechada

O PT defende a manutenção do sistema proporcional, desde que a lista aberta seja substituída pela lista fechada. No sistema de lista fechada mais difundido, o eleitor vota no partido, que define uma relação de candidatos em ordem de prioridade. Os petistas querem lista fechada em conjunto com o financiamento público, argumentando que isso evitaria, por exemplo, o encarecimento

das campanhas.

– Defendemos um sistema no qual haja a preponderância de partidos ideológicos e programáticos – reiterou Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado.

Os críticos da lista fechada afirmam que esse modelo enfraquece o vínculo entre os candidatos e os eleitores e reforça o poder das cúpulas das legendas. Francisco Dornelles, por exemplo, diz que "tal sistema levaria, hoje, à ditadura das cúpulas partidárias".

Para substituir o sistema vigente, senadores do PSDB defendem o voto distrital misto, que mescla características dos sistemas proporcional e majoritário. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) é favorável a esse sistema, mas reconhece que há colegas tucanos que preferem o distrital puro – no qual os estados são divididos em distritos eleitorais e cada um deles escolhe, de forma majoritária, um representante. Ela acredita que o partido conseguirá formar um consenso em torno do sistema misto.

Tanto o presidente do Senado, José Sarney, como o vice-presidente da República, Michel Temer, ambos do PMDB, defendem o "distritão".

Na quinta-feira, candidaturas sem vínculo partidário

Hoje no Brasil, todo candidato a cargo eletivo deve, obrigatoriamente, estar filiado a um partido político. Alguns parlamentares, no entanto, criticam esse monopólio previsto na Constituição e defendem a possibilidade de candidaturas independentes.

Um deles é o senador Itamar Franco (PPS-MG), que se manifestou a favor das candidaturas avulsas logo que foi convidado a integrar a Comissão de Reforma Política. O tema está na pauta da reunião de quinta-feira.

Para mudar a regra, o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou proposta (PEC 21/06) – desativada no mês passado – que altera a Constituição visando permitir o registro de candidato sem vínculo partidário, desde que apoiado por um número determinado de eleitores.

– Estou apenas defendendo o princípio da democracia plena – explicou Paim, lembrando que



Itamar Franco já anunciou apoio às candidaturas independentes



Paim lembra que maioria das democracias permite os avulsos

candidaturas independentes são aceitas pela maioria dos países democráticos.

Conforme dados da Rede de Conhecimento Eleitoral ACE, nove em cada dez países democráticos permitem candidatos avulsos em algum tipo de eleição – cerca de 37% dos países aceitam independentes em eleições legislativas e presidenciais; 40%, apenas para eleições legislativas; e outros 13%, para presidente.

O Brasil faz parte da minoria que exige vínculo partidário, ao lado, entre outros, de Argentina,

Uruguai, Peru, México, Costa Rica, Guatemala, Israel, Suécia e África do Sul.

A PEC 21/06 estava tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e já contava com relatório contrário do então senador Marco Maciel, para quem o voto avulso provocaria o enfraquecimento dos partidos e produziria problemas de governabilidade, já que o Executivo teria de negociar a obtenção de apoio individualmente com parlamentares, e não com líderes.



Cúpula Social do Mercosul, em dezembro passado: bloco de integração latino-americana será homenageado em Plenário

Senado celebra os 20 anos do Mercosul na quinta-feira

Tratado de Assunção, em 1991, deu início à integração regional para a formação de um mercado comum que trouxesse vantagens econômicas para seus integrantes

OS SENADORES COMEMORARÃO, no início da sessão plenária de quinta-feira, às 14h, os 20 anos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), por sugestão do senador João Pedro (PT-AM) apoiada por outros senadores.

O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, marcou o início da formação do Mercosul. Ele define as bases para um mercado comum composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – estados parte do bloco. Há ainda os chamados estados associados: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela.

A Venezuela manifesta interesse em entrar para o grupo dos estados parte desde 2006. Já obteve a aprovação de todos os países, menos do Paraguai, cujo Senado ainda não votou a matéria.

Segundo o Tratado de Assunção, o mercado comum deve

estabelecer a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países integrantes do bloco. O texto prevê ainda o estabelecimento de uma tarifa externa comum para o ingresso de mercadorias provenientes de outros países e a adoção de uma política comercial comum em relação a outros blocos ou nações.

Os países membros devem ainda, de acordo com o tratado, coordenar suas políticas macroeconômicas e assumir o compromisso de harmonizar suas legislações, com o objetivo de fortalecer o processo de integração.

Para colocar em prática esse processo, dois órgãos foram criados pelo tratado: o Conselho do Mercado Comum, órgão superior do Mercosul, integrado pelos ministros das Relações Exteriores e de Economia dos países membros; e o Grupo do

Mercado Comum, órgão executivo encarregado, entre outras coisas, de tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo conselho.

O grupo reúne representantes dos ministérios das Relações Exteriores e da Economia, além do banco central de cada país membro. Conta ainda com uma secretaria administrativa, em Montevideu, no Uruguai, considerada a capital do Mercosul.

Para facilitar a implantação do Mercosul, o tratado determinou ainda a criação de uma Comissão Parlamentar Conjunta, que abriu caminho para a posterior instalação, ao final de 2006, do atual Parlamento do Mercosul (Parlasul), também sediado em Montevideu.

As negociações que levaram à assinatura do tratado foram lideradas pelos então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín.

Jucá informa que Dilma e Chávez devem se encontrar em abril

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), revelou na sexta-feira encontro com o embaixador da Venezuela, Maximilien Arvelaiz, para tratar da realização de um encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente venezuelano Hugo Chávez, no final de abril.

De acordo com Jucá, um dos pontos do encontro será a discussão do fim da necessidade do passaporte para brasileiros ingressarem na Venezuela e

vice-versa. O senador disse também que Roraima, por ser estado fronteiriço à Venezuela, possui uma grande potencial de integração com o país vizinho.

– Sem dúvida nenhuma, para fortalecer o turismo e a integração, essa medida do fim da necessidade do passaporte é muito importante. As ações estão sendo ultimadas e este ano ainda nós teremos essa providência tomada e cancelada pelos dois presidentes – assinalou.

Simon considera visita de Obama um fato histórico

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em análise que fez em Plenário sobre o significado da visita ao Brasil do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, avaliou que ela é um fato histórico. Pela primeira vez, o líder da maior potência mundial visita um país de segunda ordem em termos de poder antes que o presidente dessa nação tenha ido aos EUA para, como disse, “pedir a benção”. Para Simon, isso demonstra a importância do Brasil no

cenário mundial.

– Eu acho que nunca, na vida brasileira, ele [Obama] teve uma importância, um respeito e uma credibilidade tão grandes como hoje, no mundo inteiro – disse.

A agenda dos dois países é ampla, envolvendo desde questões comerciais ao interesse do Brasil em ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. No entanto, afirmou, não se espera que este interesse seja tema para esta visita de Obama.

Lindbergh espera garantia de avós visitarem Sean

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse, na sexta-feira, esperar que a visita do presidente norte-americano, Barack Obama, ao Brasil sirva também para garantir a visita dos avós maternos brasileiros ao neto Sean Goldman, que vive nos Estados Unidos com o pai, David Goldman.

O menino residia no Brasil com a mãe brasileira, Bruna Bianchi, que faleceu em 2008, após o parto da filha que teve com um advogado brasileiro. Depois de uma batalha judicial com a corte americana, os avós maternos de Sean o entregaram, em 2009, ao pai, que tem negado qualquer tipo de aproximação com Sean, segundo relatos da família brasileira.

– Não está certo privar Sean do convívio com sua família, avós maternos e meia-irmã – declarou o senador.

Lindbergh lembrou que a corte de Nova Jersey não aceitou pedido de visita dos avós maternos e também foi negada, pela família norte-americana, a chamada “visita consular”, realizada por uma autoridade diplomática brasileira, para saber se o menino está bem.

Para o senador, a visita de Obama ao Brasil poderia ser o momento oportuno para se exigir o cumprimento de um dos princípios maiores do direito internacional, o prin-



Senador acha errado privar Sean Goldman do convívio com a família cípico da reciprocidade, para garantir a visita dos avós ao menino.

– Ou seja, as autoridades brasileiras devem solicitar, nos mesmos patamares, a aplicação dos mesmos mecanismos, requeridos pelas autoridades norte-americanas: a observância da Convenção de Haia de 1980, para enfrentar a questão do direito de visita; e da Convenção de Viena, para a questão da visita consular – explicou.

O senador relatou ainda ter conversado na manhã da última sexta-feira com o embaixador Eduardo Gradi-lone, no Itamaraty, sobre essa questão.

– Ele pediu a inclusão desse tema na pauta do encontro da presidenta Dilma com o presidente Obama. Nós temos certeza, temos muita confiança de que, a partir dessa visita, podemos sanar esse problema e garantir o direito aos avós maternos de visitarem essa criança – concluiu Lindbergh.



Jucá lembra que Roraima busca maior integração com a Venezuela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Mozarildo Cavalcanti • Wellington Dias • Pedro Simon

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



José Cruz/Senado Federal

Senador afirma que é urgente conciliar desenvolvimento com preservação ambiental

Gurgacz elogia tema da Campanha da Fraternidade 2011

Ao saudar o tema da Campanha da Fraternidade deste ano – “Fraternidade e a vida no planeta” –, Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou a necessidade de o mundo encontrar urgentemente meios de combinar desenvolvimento com a conservação do meio ambiente.

Para o senador, o Brasil tem potencial para assumir a liderança de uma agenda para o desenvolvimento sustentável, mas isso esbarraria no “patrulhamento” de nações poderosas. De acordo com o parlamentar, elas estariam impondo restrições a produtos agrícolas da Amazônia.

– Há lugar para agriculturas fortes como a brasileira, mas essa agricultura vai ter problemas para funcionar diante de um patrulhamento irresponsável que prega um preservacionismo insensato – salientou.

Ele defendeu ainda a aprovação do texto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para o novo Código Florestal (PL 1.876/99). O texto avança em questões fundamentais e concilia conservação e desenvolvimento, disse.

Vital do Rêgo alerta para aumento da dengue no Brasil

Vital do Rêgo (PMDB-PB) advertiu na sexta-feira para balanço divulgado pelo Ministério da Saúde que coloca 16 estados em alerta máximo contra o alto risco do contágio pela dengue.

– Trata-se de assunto da maior gravidade, um dos maiores problemas de saúde pública, uma doença que afeta milhões de pessoas no mundo, ao longo das últimas décadas, e que continua a trazer muita preocupação a todos nós que temos responsabilidade social e política – disse o senador.

Ainda citando o documento, Vital do Rêgo apontou o crescimento elevado de óbitos registrados nos últimos anos. Disse que o número de mortes subiu de 38 em 2005 para 144 em 2009.

O senador afirmou que o ministro Alexandre Padilha esteve recentemente em João Pessoa com o objetivo de dinamizar ações preventivas. Mas o parlamentar, que também é médico, ressaltou que se mantém preocupado com a situação



José Cruz/Senado Federal

Segundo Vital do Rêgo, balanço do Ministério da Saúde coloca 16 estados em alerta máximo

Proposta que permite a formação de colegiado para o julgamento de delitos praticados por organizações criminosas, diminuindo a personalização das decisões judiciais nesses casos, está na pauta de quarta-feira

Projeto visa proteger juízes contra ameaças de organizações criminosas

O PROJETO QUE permite a formação de um colegiado para julgamento de delitos praticados por organizações criminosas está na pauta de quarta-feira. O objetivo é reduzir o risco de pressões ou retaliações contra o juiz. A proposta (PLC 3/10), aprovada pela CCJ na forma de substitutivo de Alvaro Dias (PSDB-PR), foi originalmente apresentada à Comissão de Legislação Participativa da Câmara pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

O colegiado para a prática de atos processuais nesses casos será formado pelo juiz do processo e outros dois, escolhidos por sorteio eletrônico, entre aqueles com competência criminal que atuam no primeiro grau de jurisdição. Para solicitar a medida, o juiz deve indicar os motivos e as circunstâncias que acarretam riscos à sua integridade física ou de sua família.

O colegiado poderá decidir por: decretar prisão, transferir o preso para estabelecimento de segurança máxima, incluir o preso em regime disciplinar diferenciado ou conceder liberdade provisória, liberdade condicional, revogação da prisão, sentença, progressão ou regressão de regime de cumprimento da pena. As reuniões do colegiado poderão ser sigilosas, sempre que houver risco de a publicidade prejudicar a eficácia da decisão judicial. A proposição autoriza ainda os tribunais a

tomarem medidas para reforçar a segurança dos prédios da Justiça.

Alterações

Ao alterar o Código Penal, o PLC 3/10 permite que seja decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando estes não forem encontrados ou estiverem no exterior. Também aumenta a pena do crime de formação de quadrilha dos atuais três anos para até dez anos, período que pode ser dobrado se a quadrilha ou o bando são armados.

O projeto modifica o Código de Processo Penal, prevendo a alienação antecipada de bens apreendidos nos crimes praticados por organizações criminosas. Prevê também, ao alterar o Código de Trânsito Brasileiro, que os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público poderão ter placas especiais por determinados períodos, para impedir a identificação dos usuários. Finalmente, alterações no Estatuto do Desarmamento permitem o porte de arma de fogo aos servidores do Judiciário e do Ministério Público que estejam no exercício de função de agente ou inspetor de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Alvaro Dias apresentou substitutivo a projeto sugerido pela Associação dos Juizes Federais



José Cruz/Senado Federal

Proposta de Demóstenes proíbe uso de algemas como forma de castigo ou sanção disciplinar

Crivella propõe uso de CPF para acesso a páginas de pornografia na internet

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) propôs em Plenário, na sexta-feira, a exigência de se informar o número do CPF para acesso a páginas de conteúdo adulto na internet. Sua preocupação é evitar que crianças e adolescentes continuem a entrar livremente em sites sobre pornografia, circunstância que, segundo advertiu, pode causar danos psicológicos.

Essa proposta foi lançada pelo parlamentar após apresentar trechos de reportagem do jornal *O Globo* denunciando o registro de um caso de estupro a cada duas horas no Rio de Janeiro. Crivella lamentou o aumento no número de casos, apesar de o Congresso já ter aprovado o agravamento da pena e equiparado o atentado ao pudor ao estupro, na tentativa de coibir esse tipo de crime.

– Esses jovens que estupram talvez contassem para mim a mesma história que contou o Maníaco do Parque – comentou Crivella.

Segundo informou o senador, seu con-

tato com o assassino em série Francisco de Assis Pereira, que estuprou e matou dezenas de mulheres em São Paulo, se deu quando, já na prisão, o criminoso lhe enviou pedidos de oração. Em uma dessas mensagens, o Maníaco do Parque confidenciou ter começado a desenvolver uma “imagem monstrificada (sic) da figura feminina” ao espiar o relacionamento de casais em áreas isoladas.

– Na prisão, ele teve uma visão clara da loucura de sua mente. Ele via na mulher uma figurar ruim e, a partir daí, começou a extravasar esse sentimento conquistando as mulheres, levando-as para o mato e, ali, matando-as de maneira brutal – acrescentou. Crivella, que teve o apoio do senador Wellington Dias (PT-PI).

Coquetel contra HIV

Crivella também elogiou, no mesmo discurso, a iniciativa do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, de evitar uma interrupção no fornecimento do coquetel de medicamentos contra a Aids.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-

Plenário avalia regras para coibir abusos na utilização de algemas

O projeto (PLS 185/04) do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) que disciplina o uso de algemas é o segundo item da pauta de votações da quarta-feira. O projeto, que recebeu substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proíbe o uso de algemas como forma de castigo ou sanção disciplinar, por tempo excessivo e quando o investigado ou acusado se apresentar espontaneamente à autoridade policial ou judiciária.

As algemas só deverão ser utilizadas no ato da prisão, em flagrante delito ou por determinação judicial, quando houver resistência, tentativa de fuga ou risco iminente à integridade física dos agentes públicos responsáveis pela diligência. Poderão também ser usadas pelos policiais na condução, transporte ou transferência de presos que praticaram faltas graves descritas em três itens do artigo 50 da Lei 7.210/84, que trata da execução penal. Conforme esse artigo, comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina, fugir e possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outra pessoa. As algemas também poderão ser usadas em presos que ameacem a integridade física dos agentes públicos durante transporte ou transferência e quando as autoridades temerem fuga.



J. Freitas/Senado Federal

Para Crivella, aumento dos casos de estupro pode estar relacionado ao acesso à pornografia

RR) esclareceu, em aparte ao discurso de Crivella, que a lei que garante a distribuição do coquetel de medicamentos contra Aids foi proposta pelo senador José Sarney, em 1996. Todo os portadores do HIV e doentes de Aids têm direito ao acesso universal e gratuito aos medicamentos para tratamento da doença. Isso é o que está previsto pela Lei 9.313, conhecida como Lei Sarney e sancionada em 13 de novembro de 1996.

Comissões querem ouvir população antes de votar projeto do Executivo que cria o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

Nathan Andrew Bailey/Creative Commons



Moradores em quarentena à espera de testes de radiação no Japão: Senado vai debater riscos ligados ao uso da energia nuclear

Brasil planeja mais quatro usinas

A geração nuclear responde por 3% do consumo de energia elétrica no Brasil. Angra 1 produz 633 megawatts (MW) e Angra 2, 1.348 MW. Essa energia chega aos consumidores de todo o país. Em 2007, depois de 21 anos de paralisação, o governo autorizou a retomada das obras de Angra 3, que deverá gerar 1.400 MW a partir de 2015.

O Plano Nacional de Energia Elétrica prevê a construção de pelo menos mais quatro usinas nucleares até 2030, elevando a capacidade de geração nuclear para 7.300 MW. Em 2015, com a entrada em operação de Angra 3, o parque nuclear passaria a ser responsável por 3.300 MW.

O cronograma prevê a construção de dois complexos nucleares. O primeiro, no Nordeste, entraria em operação em 2019. Em 2023, entraria em operação o segundo complexo, no Sudeste.

Angra 1: 13 anos para entrar em operação

A decisão de construir a primeira usina nuclear brasileira foi tomada durante o regime militar, em 1968, mas Angra 1 só começou a sair do papel em 1970, após o então ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, assinar acordo de cooperação com a Alemanha Ocidental.

O acordo foi marcado por muita polêmica e, por interferência dos EUA, não foi permitida a transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio, levando o Brasil a desenvolver um sistema próprio, que atingiu capacidade comercial a partir de 2004.

O programa era visto com desconfiança, pois havia suspeitas de que o Brasil, dominando o ciclo do urânio, pudesse construir uma bomba atômica. Dos pontos de vista econômico e ambiental, cientistas desaconselhavam a opção nuclear. O fato é que Angra 1, que não fazia parte do acordo Brasil-Alemanha, só veio a operar em 1983, 13 anos depois do início de sua construção.

Terremoto pode ser uma ameaça às usinas

Abalos sísmicos não são tão distantes das usinas de Angra 1 e Angra 2, localizadas em Itaorna, no município de Angra dos Reis, no litoral do Rio de Janeiro. Na noite de 22 de abril de 2008, um terremoto de 5,2 graus na escala Richter teve seu epicentro no oceano Atlântico, a 315 quilômetros dali e a 215 quilômetros da cidade de São Vicente, no litoral paulista.

Mas há risco de se repetir em Angra o que ocorreu em Fukushima Daiichi, no Japão? A Eletronuclear, responsável pela operação de Angra 1 e Angra 2, explica que as usinas foram construídas numa região com probabilidade muito baixa de ocorrência de eventos sísmicos. Além disso, teriam sido projetadas para resistir a terremotos, e seus sistemas de segurança desligariam as usinas após qualquer abalo.

Presidente da Eletronuclear fala na CMA

O Senado não pode se eximir da responsabilidade de realizar um grande debate sobre a energia nuclear, afirmou o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A CMA já está articulando para amanhã o primeiro desses debates, com o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, por sugestão dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jorge Viana (PT-AC).

Rollemberg pretende ouvir cientistas favoráveis e contrários ao uso da energia nuclear para que se consolidem, nesses debates, "informações capazes de embasar uma posição segura do Senado quanto ao assunto".

– Uma discussão com profundidade e seriedade deve servir para que se informem à população as vantagens e os riscos do uso da energia nuclear – disse o presidente da CMA.

O senador considerou natural, como primeiro reflexo do acidente no Japão, uma atitude de cautela quanto ao uso de energia nuclear.

– A vantagem é que, ao contrário do Japão, o Brasil dispõe de inúmeras alternativas energéticas, desde as convencionais, como os combustíveis fósseis, até as renováveis, da biomassa – acrescentou.



Genildo Magalhães/Senado Federal

Rollemberg: Senado não pode deixar de fazer um grande debate

Senado debate sistema para prevenir desastres nucleares

COM DUAS USINAS nucleares em operação – Angra 1 e Angra 2 –, o país precisa ter um sistema de proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares e ao meio ambiente. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deverão votar o Projeto de Lei da Câmara 191/10, que prevê uma articulação, com esse objetivo, de agências e órgãos governamentais.

Enviado ao Congresso Nacional em 20 de janeiro de 2004, o PLC cria o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), que pretende planejar, coordenar e executar as ações e providências no setor.

O Sipron terá um órgão central, vinculado ao governo federal. Participam ainda do Sipron órgãos de coordenação setorial, que são instituições federais responsáveis por energia



Genildo Magalhães/Senado Federal

Eduardo Braga quer dar celeridade à votação do projeto na CCT

nuclear, proteção da população, saúde do trabalhador e meio ambiente.

Órgão central

Presidente da CCT, onde o projeto de iniciativa do Poder Executivo terá decisão terminativa, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que pretende reunir os integrantes da comi-

são para analisar os próximos passos quanto ao assunto. Diante das explosões nos reatores da usina de Fukushima Daiichi, no Japão, com riscos à saúde da população, Braga afirma que o debate sobre a segurança das usinas é muito oportuno.

Mesmo afirmando que as usinas termonucleares em operação no Brasil apresentam tecnologia de segurança superior às de Fukushima Daiichi, o presidente da CCT disse que é preciso eliminar qualquer dúvida da população. Por isso, ele considerou essencial a comissão promover audiências públicas com especialistas para discutir o assunto.

O senador pretende examinar o PLC 191/10 e "dar celeridade" à sua votação na CCT. Ele afirmou que é preciso assegurar à população, principalmente às pessoas que vivem perto das áreas das usinas, toda a proteção necessária.

França é o país mais dependente da força atômica

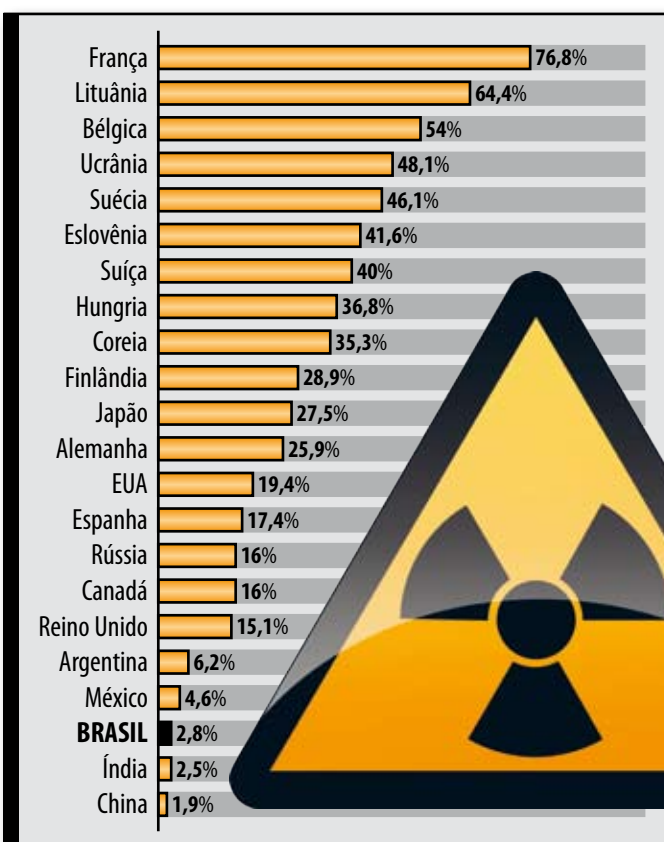
Estudo divulgado em 2008 pela Agência Internacional de Energia Atômica mostra que os Estados Unidos foram o país que mais gerou energia por fonte nuclear, sendo responsável por 32% da produção total desse tipo de energia no mundo. O Brasil foi responsável por apenas 0,52%.

Mas, em termos proporcionais, a energia nuclear não é tão dominante no perfil energético norte-americano. Enquanto Brasil, Índia e China dependem muito pouco dessa fonte, na França a energia atômica responde por 76,8% do total (confira o infográfico à direita).

Um dado curioso é que a Alemanha, onde o Brasil foi buscar tecnologia e reatores para fazer Angra 2 e Angra 3, pretende desativar suas 17 usinas nucleares até 2020. O país planeja buscar fontes renováveis substitutas para a energia gerada por elas.

O mundo movido por átomos

Brasil, Índia e China dependem pouco de energia nuclear, ao contrário da França. Veja no quadro abaixo o grau de dependência de energia nuclear de alguns países



Fonte: Eletronuclear